

EQUIPE REFLEXIVA COMO PRÁTICA COLABORATIVO-DIALÓGICA: O TRABALHO COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA

EQUIPO REFLEXIVO COMO PRÁCTICA COLABORATIVA-DIALÓGICA: TRABAJO CON HOMBRES PERPETRADORES DE VIOLENCIA

REFLECTIVE TEAM AS A COLLABORATIVE-DIALOGICAL PRACTICE: WORKING WITH MEN WHO ARE PERPETRATORS OF VIOLENCE

HAIRA DA SILVA
BALDANÇA ¹

ABNER GALDINO
DOS SANTOS ¹

DAVID TIAGO
CARDOSO ¹

¹ Universidade do
Vale do Itajaí (UNIVALI),
Itajaí, SC, Brasil.

RESUMO: Apresentamos a Equipe Reflexiva, presente na estratégia metodológica reconhecida como Grupo Reflexivo de Gênero, a partir de uma proposta colaborativa e dialógica. O contexto de atuação foi a política pública de Assistência Social no Brasil. O estudo destaca o compromisso dessa equipe com a construção de justiça social e a superação da violação de direitos, por meio de práticas colaborativas fundamentadas no Construcionismo Social e abordagens feministas que exploram a linguagem na formação das realidades sociais. A equipe reflexiva promove diálogos equitativos e críticos nos encontros, buscando compreender e transformar as perspectivas masculinas sobre gênero e violência, impactando significativamente a dinâmica do grupo. O CREAS, enquanto espaço institucional público, oferece apoio a sujeitos em contextos de violação de direitos, sendo o cenário para a implementação dessas práticas. Ressaltamos a importância da presença ética, da escuta atenta e da transformação mútua, alinhando a atuação da equipe à ideia de habitar a presença de maneira radical. Este estudo contribui para a compreensão das estratégias de acolhimento de masculinidades no âmbito do SUAS, refletindo sobre as implicações sociais e culturais das intervenções conduzidas pela equipe reflexiva.

PALAVRAS-CHAVES: Assistência Social; Masculinidades; Grupo Reflexivo de Gênero; Equipe Reflexiva.

RESUMEN: Presentamos el Equipo Reflexivo, una estrategia metodológica reconocida como Grupo Reflexivo de Género, basada en un enfoque colaborativo y dialógico. El contexto de acción fue la política pública de asistencia social en Brasil. El estudio señala el compromiso de este equipo con la construcción de la justicia social y la superación de las vulneraciones de derechos mediante prácticas colaborativas basadas en el Construcionismo Social y enfoques feministas que exploran el lenguaje en la configuración de las realidades sociales. El equipo reflexivo promueve diálogos equitativos y críticos en las reuniones, buscando comprender y transformar las perspectivas masculinas sobre género y violencia, impactando significativamente la dinámica grupal. El CREAS (Centro de Referencia Especializado de Asistencia Social), como espacio público institucional, ofrece apoyo a personas en contextos de vulneración de derechos y sirve como marco para la implementación de estas prácticas. Enfatizamos la importancia de la presencia ética, la escucha atenta y la transformación mutua, alineando las acciones del equipo con la idea de habitar radicalmente la presencia. Este estudio contribuye a la comprensión de las estrategias para la acogida de las masculinidades en el SUAS (Sistema Único de Asistencia Social), reflexionando sobre las implicaciones socioculturales de las intervenciones realizadas por el equipo reflexivo.

PALABRAS CLAVE: Asistencia Social; Masculinidades; Grupo Reflexivo de Género; Equipo Reflexivo.

Recebido em: 04/08/2023
Aceito em: 18/07/2025

<https://www.doi.org/10.38034/nps.v34i82.869>



Assistance), as a public institutional space, offers support to individuals in contexts of rights violations and serves as the setting for the implementation of these practices. We emphasize the importance of ethical presence, attentive listening, and mutual transformation, aligning the team's work with the idea of radically inhabiting presence. This study contributes to the understanding of strategies for embracing masculinities within the SUAS (Brazilian Unified Social Assistance System), reflecting on the social and cultural implications of interventions carried out by the reflective team.

KEYWORDS: Social Assistance; Masculinities; Gender Reflective Group; Reflective Team.

**Equipe reflexiva como
prática colaborativo-
dialógica: O trabalho com
homens autores de violência**

89

*Haira da Silva Baldaça
Abner Galdino dos Santos
David Tiago Cardoso*

INTRODUÇÃO

Em qualquer encontro entre pessoas que discutem a política pública de Assistência Social, será ouvido que ela é “[...] prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição [...]” (Brasil, 1988). Quem recorrer às referências deste artigo para ver de onde vem tal citação, encontrará a Constituição Federal brasileira. O novo Estado democrático brasileiro definiu a oferta da Assistência Social como seu dever e, portanto, um direito da população, que será reafirmado na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, destacando o objetivo dessa política pública: “a Assistência Social ocupa-se de prover proteção à vida, reduzir danos, prevenir a incidência de riscos sociais, independente de contribuição prévia, e deve ser financiada com recursos previstos no orçamento da Seguridade Social” (Brasil, 2009, p. 16). Nesses termos, nos vários movimentos ao longo da historicidade, provoca aos trabalhadores e às trabalhadoras novas formas de atendimento e acompanhamento das demandas sociais vivenciadas pelas famílias.

As normativas da Assistência Social conferem potência às nossas problematizações que provocam a pensá-la como um lugar para o atendimento aos homens autores de violência (Cardoso & Beiras, 2018a). Neste trabalho, colocamos como um dos nossos objetivos o de produzir diálogos sobre a participação de sujeitas marginais nos grupos reflexivos de homens em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Para tal, a escrita trata de um empreendimento de discussão teórica, trazendo em seu bojo o cotidiano de atuação, haja vista as atuações profissionais das autoras no grupo, na condição de equipe reflexiva. Aqui, por meio do Construcionismo Social e das epistemologias feministas, apresentamos provocações que acontecem no dia a dia do trabalho na referida política pública, em um exercício da reflexividade (Ibáñez Garcia, 2004), convidando as leitoras e os leitores ao mesmo processo.

Alguns trabalhos têm se questionado quem conta como homem para o Sistema Único de Assistência Social e o lugar que ocupam nessa política pública (Cardoso & Beiras, 2018b). Apresentamos aqui uma resposta possível: todos os homens contam como usuários. Então, a problemática é outra: como esse processo acontece e como o grupo reflexivo de gênero participa da produção do homem atendível pelo SUAS e seus serviços socioassistenciais? O sujeito de interesse aqui, portanto, não são os homens que participam como usuários da política pública de Assistência Social, tendo como porta de entrada aos serviços demandas judiciais, muitas vezes, pela Lei Maria da Penha. Nossos sujeitos, ou sujeitas, são as pessoas que participam como equipe reflexiva e produzem diálogos a partir da marginalidade de seus corpos com os homens retratados nas linhas acima.

Essa discussão se apresenta como importante pois tem a preocupação em contribuir com as reflexões de quem atua na Assistência Social e em todo sistema judiciário, apresentando recursos dialógico-relacionais. Como proposta, apresentamos o trabalho da equipe reflexiva indicada pela Metodologia de Grupos Reflexivos de Gênero (Beiras & Bronz, 2016) por entendermos que tal postura possibilita aos homens a construção de um espaço de escuta empática (Shotter, 2003). Assim, os diálogos epistemológicos se movimentam por caminhos marcados pela polifonia, onde as vozes/corpos localizados buscarão construir saberes aparentemente contraditórios, mas que, em suas intersecções, direcionam-se em direção a pluralidade (Oliveira, 2010).

Compreendemos, aqui, a violência como um problema social que afeta todas as esferas importantes da vida dos sujeitos e das sujeitas. Frente a isso, defendemos que a psicologia social e crítica tem dever ético e político de se posicionar no enfrentamento de violências. Estamos tratando aqui da experiência em um estágio específico de uma universidade comunitária de Santa Catarina que nos despertou interesse de

ação, visto que trabalhar com homens autores de violências é um potencial preventivo dessas violências. Ao longo de um ano de práticas dialógicas e colaborativas com esses homens, muitas foram as ressonâncias vivenciais e teóricas. E são elas, construídas nessas experiências localizadas, que guiarão aqui nosso exercício de reflexividade, tendo como linha epistemológica autores e autoras do Construcionismo Social.

O Construcionismo Social emerge na Psicologia Social como um movimento que possui como proposta a produção de conhecimentos que rompam com os modelos hegemônicos que focam no indivíduo como sujeito a-histórico com uma identidade única, fixa e cristalizada (Gergen & Gergen, 2014). Ibáñez Garcia (1990) ressalta que tal perspectiva epistemológica possui ressonâncias em dois aspectos importantes: o primeiro é a existência de um amplo movimento nas Ciências Humanas e Sociais que critica os modos de produção positivistas; o segundo aspecto é o caráter pluralista do Construcionismo, estabelecendo-se como inspiração para muitas/os psicólogas/os sociais que militam em diversas orientações e, ainda que parcialmente, podem se reconhecer como praticantes construcionistas.

Para tanto, Gergen (1994) indica os principais alicerces para quem deseja ter o Construcionismo Social como produtor de ferramentas epistemológicas e metodológicas. São eles:

1. *Posição crítica diante do conhecimento concebido como verdade*: como ressaltamos nas linhas anteriores, a epistemologia construcionista convida suas/seus praticantes a um exercício de constante problematização sobre aquilo que é defendido como A verdade. Esse “a” em maiúsculo é resultado desse posicionamento, pois a defesa é pela pluralidade de verdades, sempre abertas e contingentes;
2. *Os termos e as formas pelas quais se consegue compreender o mundo e cada um individualmente são artefatos sociais, produtos de inter-relações pessoais, com especificidade histórica e cultural*: há nada no mundo humano que não seja produto das relações sociais, mesmo o nomeado “corpo biológico” é defendido como produto de discursos socialmente e culturalmente transitórios. Como exemplo, há os estudos de Laqueur (2001) que destacam que durante um período da história do ocidente em que não havia a compreensão binária dos sexos, sendo defendido a existência de um único sexo, o que para nossa cultura contemporânea é tido como um absurdo.
3. *Determinada descrição do mundo, ou do Self, é sustentada ao longo do tempo, não por validade objetiva, mas devido às variabilidades do processo social*: este alicerce da epistemologia construcionista reforça o que foi dito no alicerce anterior. Tal como o corpo era descrito como tendo um único sexo, mesmo que a realidade objetiva demonstrasse o contrário, é sustentada no processo social, na interação entre as pessoas e no exercício do poder. A quem interessa a defesa da existência de um modo “correto” de exercer a masculinidade? As mulheres são realmente mais frágeis que os homens?
4. *O significado da linguagem deriva do seu modo de funcionamento dentro dos padrões de relacionamento*: as perguntas anteriores abrem caminho para firmar a linguagem como o “entre” das relações. Para o Construcionismo Social, linguagem é ação, é ela que constrói a realidade, ou as realidades, assim mesmo, no plural. Cada relação se organiza em um padrão em que as pessoas participantes sentem que existem e sentem-se confortáveis.
5. *Avaliar as formas de discurso existentes é, ao mesmo tempo, avaliar padrões de vida culturais*: são nos confortos e desconfortos que é possível compreender como cada sujeito e/ou cada grupo funciona dentro de suas próprias relações.

Por isso a defesa da pluralidade das realidades, pois os discursos são plurais e produzem inúmeros sujeitos e grupos distintos entre si. Corradi-Webster (2014) destaca que “[...] *assim, a linguagem é considerada uma prática social, já que diferentes descrições constroem diferentes realidades, diferentes tipos de ação social*” (p.74). Assim, não existe uma realidade nem sujeitos *a priori*, pois é por meio da linguagem e na disputa de sentidos que estes são construídos.

É por meio desses cinco alicerces que qualquer categoria pode ser analisada, problematizada e construída para novas possibilidades. E é aqui que apresentamos uma categoria que é transversal neste trabalho: Gênero. Para o Construcionismo Social, em uma epistemologia pós-moderna, compreende-se que muitas versões produzem uma explicação essencialista e generalizada sobre o Gênero, como se existisse uma natureza *a priori*. Conceição Nogueira (2008) nos faz compreender que, para a matriz socioconstrucionista, o Gênero acontece por meio da linguagem e da participação dos rituais de interação social, criando aquilo que reconhecemos como natural a respeito de nosso próprio Gênero.

Dessa forma, o Gênero não se faz sozinho, nem nós estamos o autoconstruindo; por ser uma construção social, ele está localizado em determinado contexto histórico-cultural e, de modo interseccional, está atravessado pela “raça”, classe social, nacionalidade e tantos outros componentes que vão constituindo os corpos (Nogueira, 2013). Assim, Burr (2002) compreende que o Gênero é o significado social do sexo, referindo-se as características e comportamentos que diferenciam homens e mulheres, sendo que essas diferenças podem realmente ou supostamente existir por entender que o significado é construído na interação e que as características e comportamentos são distintos, dependendo da cultura e do tempo histórico. Assim, Nogueira (2001) compreende que o gênero, como parece já ter ficado claro, não possui uma substância, uma essência, afirmando que este

[...] não é uma questão de identidades individuais, unitárias e consistentes de homem e mulher, pelo contrário desenvolve-se mediante peças de discurso, organizadas num sistema de significados disponíveis aos indivíduos de forma a darem sentido às suas posições, o que historicamente é reconhecido como respostas femininas e masculinas. (p. 147)

Se o Gênero é social, suas expressões performatizadas (Butler, 2003) também são. E, aqui, focamos nas masculinidades. De modo sucinto, Kimmel (2008) entende que as masculinidades são construídas a partir de dois campos inter-relacionados: relações de poder de homens com mulheres (desigualdade de gênero) e nas relações de homens com outros homens (desigualdades com base na raça, etnia, sexualidade...). São essas relações de poder produtoras de desigualdades que sustentam a representação simbólica de uma masculinidade hegemônica, dominante e que atua em todas as relações.

A masculinidade hegemônica é compreendida por meio da construção de um padrão de práticas sociais que legitimam os homens como aqueles que dominam a sociedade, ao mesmo tempo em que produz justificativas para o lugar das mulheres e outras masculinidades enquanto subordinadas (Connell, 2003; Connell & Messerschmidt, 2013). Connell e Messerschmidt (2013) defendem reconhecer a masculinidade hegemônica como normativa, pois, apesar de que apenas uma minoria de homens a adota (brancos, heterossexuais e integrantes das elites), ela exige que todos e todas se posicionem em relação a ela.

Por meio dessa exigência é que foi proposto na política pública de proteção social não contributiva brasileira, no equipamento chamado Centro de Referência de Especializado de Assistência Social – CREAS. Dessa forma, nós nos posicionamos como proponentes de um grupo reflexivo de gênero para homens que chegam

encaminhados pelo poder judiciário, denunciados como autores de violência doméstica a partir da Lei Maria da Penha. A seguir, demonstramos os passos que construímos e os sentidos produzidos ao longo do percurso.

METODOLOGIA

O lócus de nossa prática, o grupo reflexivo de gênero, aconteceu, como dito anteriormente, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de um município do litoral de Santa Catarina. O CREAS é uma unidade pública integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cofinanciada com recurso federal e operacionalizada pela Secretaria Municipal responsável pela gestão desta política pública social. No CREAS são prestados serviços especializados e continuados de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos com os seus direitos violados, voltando o foco das ações às famílias.

O interesse é que estas possam enfrentar as situações de vulnerabilidade social e violações de direito presentes em suas vidas por meio de seguranças garantidas: 1. acolhimento; 2. fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; 3. desenvolvimento da autonomia (Brasil, 2009). Nesse sentido, a unidade oferta os serviços aos indivíduos e famílias em decorrência de: abandono; discriminações; maus tratos; negligência; violência física; violência psíquica; violência sexual.

Esses indivíduos e famílias são acolhidos por serviços de Média Complexidade, passando a ser atendidos e acompanhados pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Dentre os objetivos das ações desenvolvidas pelo CREAS, encontram-se: assegurar proteção social imediata e atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência, visando sua integridade física, mental e social; fortalecer os vínculos familiares e comunitários e a capacidade protetiva da família; fortalecer as redes sociais de apoio à família; processar a inclusão das famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos conforme a necessidade; reparação de danos e prevenção à reincidência de violações de direitos.

A prática grupal da qual fizemos parte está inserida no referido serviço, especificamente para prevenir a reincidência de violação de direitos contra mulheres no contexto doméstico. Ela buscou, ao longo de todo o percurso de proteção social, garantir que os homens tivessem asseguradas: acolhimento suas demandas; fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, não apenas com os outros homens, mas com toda a sociedade; desenvolvimento da autonomia com base no cuidado de si e do outro.

Parece-nos que chegou o momento de apresentar a proposta metodológica que utilizamos para o atendimento aos homens autores de violência doméstica. Os Grupos Reflexivos de Gênero são inspirados nos estudos e práticas de Tom Andersen, emergindo na necessidade de produzir práticas distantes do modelo biomédico e psicologizante, propondo conversas reflexivas a respeito de assuntos relacionados ao gênero por meio de diálogos construídos em conjunto para desenvolver relações mais equitativas (Beiras & Bronz, 2016).

Adriano Beiras e Alan Bronz (2016) elaboram uma proposta que tem fundamentos no Construcionismo Social. Além disso, bebe da fonte dos estudos de gênero e de teorias feministas pós-estruturalistas, bem como, pela visão sistêmica, ecológica e complexa, implica em uma metodologia apoiada na reflexão crítica e no estranhamento do óbvio; em outras palavras, constitui um modo de fazer problematizador, tal como definem os alicerces construcionistas citados anteriormente.

Os autores caracterizam essa proposta de processo grupal como criadora de espaços que valorizam a diversidade e a cidadania, destacando a importância das pessoas

participantes na produção dos conhecimentos necessários para a vida cotidiana. Por falar em cotidiano, estabelece-se como um lugar questionador de aspectos presentes no dia a dia dos participantes, promovendo uma visão crítica e complexa sobre as realidades.

Para alcançar seu objetivo de construção, além da pessoa facilitadora, esse método conta com a participação de uma dupla de facilitadores/as, corresponsável pelo processo grupal e por promover contextos dialógicos a partir de uma postura reflexiva. Tal postura consiste em escutar, fazer uma avaliação da repercussão das falas de outras pessoas e compartilhá-la, além de respeitar a pluralidade de vozes.

Das responsabilidades dos/as facilitadores/as (Beiras & Bronz, 2016), destacamos:

- apresentar disparadores de conversas: atividades feitas no início dos encontros para instigar o debate sobre o tema do dia;
- construir sínteses grupais dos encontros: sempre que acharem interessante e, no final de cada dia, em material que possa ser exposto e estar presente em todos os encontros, as sínteses pessoais podem ser feitas por participante em um diário de viagem;
- promover perguntas que convidem as pessoas na construção de conversas dialógicas, reflexivas, agentes de novos significados.

A recomendação de Beiras e Bronz (2016) é de que os grupos sejam fechados, com aproximadamente dez pessoas e no máximo vinte, e durem cerca de doze encontros semanais, com duração de duas a três horas cada, com intervalo para lanche e integração. Caso ocorra a impossibilidade de que os encontros sejam semanais, é possível uma organização que não ultrapasse um modelo quinzenal; contudo, cabe aos facilitadores a promoção de atividades de ligação (tarefas) para os participantes realizarem entre um encontro e outro. Na nossa experiência, a possibilidade foi da realização de dez encontros semanais.

Nos primeiros encontros, com a colaboração de todos, deve ser feito o acordo de convivência, a partir do qual se combina aspectos objetivos dos encontros (quantidade, duração, frequência, entre outros), comportamentos aceitáveis e posicionamentos éticos. Feito o acordo, é negociada a agenda do grupo, em que os temas de cada encontro serão construídos e organizados pelos homens participantes. Por fim, Beiras e Bronz (2016) orientam sobre a avaliação do grupo, que deve acontecer ao longo de todo o processo grupal, para que os participantes possam refletir sobre a importância do grupo para suas vidas e para que os/as facilitadores/as possam aprimorar seu trabalho.

O facilitador foi: David, homem, heterossexual, branco, das classes populares, psicólogo e trabalhador do SUAS. Participaram da equipe reflexiva: Abner, viado, branco, de classe baixa, que gosta de cantar, fazer crochê e conhecer brechós. Graduado de Psicologia, dedica-se em pesquisas de gênero e sexualidade, suas violências e resistências. Também Haira, mulher branca, feminista e de classe média, graduada em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí, pesquisadora em questões de gênero e sexualidade com foco em violência contra a mulher. Deixamos nossa apresentação para o final deste item para destacar que nossas reflexões sobre a prática vêm de alguns lugares marginais.

EQUIPE REFLEXIVA: EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES DAS MARGENS

Mas, de fato, o que é uma equipe reflexiva? A equipe reflexiva é uma prática colaborativa e dialógica desenvolvida por Tom Andersen a partir de meados da década de 1980, com base em pressupostos da Cibernética de Segunda Ordem e do pensamento

pós-moderno. Diferente de uma técnica convencional, Andersen (1991) a propôs como uma maneira de pensar a clínica e a formação, sustentada pela valorização da multiplicidade de vozes e da horizontalidade nas relações. A realidade, nesse modelo, é compreendida como construída socialmente e, portanto, sempre sujeita a múltiplas interpretações, que emergem no encontro entre diferentes olhares (Bueno & Silva, 2019). A equipe reflexiva, nesse contexto, tem como propósito favorecer a construção compartilhada de significados e alternativas, em especial em situações que se encontram “paralisadas” nos atendimentos terapêuticos. Ao incorporar a perspectiva do grupo como coautor da escuta, promove-se a abertura para novas compreensões e caminhos, com potencial de empoderamento dos participantes e de fortalecimento de práticas mais éticas e democráticas (Santos, 2008; Vidal, 2006).

O funcionamento da equipe reflexiva envolve uma alternância intencional entre momentos de escuta silenciosa e momentos de fala, com base na ideia de que diferentes posições produzem diferentes tipos de conhecimento. Durante a sessão, enquanto terapeutas e clientes dialogam, a equipe observa e escuta em silêncio, ocupando uma posição reflexiva. Em determinado momento, definido pela condução do processo, essa equipe é convidada a verbalizar suas impressões, pensamentos, perguntas ou hipóteses, geralmente em tom respeitoso e propositivo. Em seguida, a posição se inverte e quem conduzia a conversa passa a escutar, refletindo sobre as contribuições trazidas (Andersen, 1991; Bueno & Silva, 2019). Essa dinâmica estimula a construção de novas narrativas e desloca a centralidade da explicação causal ou da autoridade técnica, possibilitando que o conhecimento se constitua de forma relacional e situada. Experiências contemporâneas, como as Equipes Reflexivas Apreciativas (Hauger et al., 2020), ampliam essa proposta ao incorporar elementos da Investigação Apreciativa, da construção social e da aprendizagem baseada na prática, reafirmando o potencial transformador dessa metodologia não apenas em contextos clínicos, mas também em instituições, políticas públicas e processos formativos.

Nesses termos, para aprofundar o debate de como acolher eticamente as masculinidades no SUAS, fundamentamos nossa prática a colocando no “caminho para práticas colaborativo-dialógicas”, proposto por Lion (2017), embasando-a em Anderson (2012), e em nossas existências. Essas categorias são: parceiros conversacionais; o cliente é o especialista; postura do não saber; ser público; transformação mútua; viver com incerteza; olhar para o cotidiano. Compreendemos que esta proposta está alinhada às recomendações e critérios mínimos para a realização de grupos reflexivos, conforme indicam Beiras et al (2021).

Começamos com o entendimento de que somos *Parceiros Conversacionais*. Lion (2017) coloca que “[...] desde o primeiro encontro, o cliente e o profissional se tornam parceiros, e juntos caminham pelo campo das conversas dialógicas e coconstroem relacionamentos colaborativos” (p.22). Em nossa prática, conversávamos com os “clientes”, os homens participantes do grupo, mas, nas reflexões, a parceria é entre os dois integrantes da equipe. Desde o primeiro encontro, nós nos habituamos à interação indireta, mas, ainda assim, responsiva. Assim, depois do nosso diálogo, é a vez do grupo de dizer como se sentiu com a nossa fala, como fica evidente na fala deles a angústia de impossibilidade de resposta direta, de esclarecimento de pontos. Nós entendemos essa angústia, pois também era sentida por nós, visto que a palavra não voltava para nós até o momento reflexivo do encontro seguinte.

Levamos um tempo até perceber a importância de conversar um ponto de cada vez. No início, quem começava normalmente já soltava todos os pontos que tinha considerado importante comentar sobre o encontro, a segunda pessoa fazia um comentário sobre isso e expunha seus pontos. A intenção de poupar tempo e expor todos os afetos nos trapaceavam, pois tornava todas aquelas informações indigestas.

Um ponto comentado por vez, respeitando o que o outro tem a dizer, mostrou-se ser mais proveitoso, estando em acordo com a proposta de Anderson (2012).

Com isso, a auto-observação se mostrou importante para pensar a categoria *Viver com incerteza*, e Lion (2017) coloca que “[...] as conversações dialógicas colaborativas são co-construídas quando o diálogo acontece. Dessa forma, não é possível programar previamente os caminhos que serão percorridos” (p.23). Como estamos falando em um caminho, ele só é construído ao caminharmos juntamente com as pessoas que participam do grupo, assim, “conversar colaborativamente é percorrer o território das incertezas”. Nesse sentido, é preciso dizer que nunca sabemos como as coisas irão ocorrer no grupo, ou ainda sobre como vai nos impactar. Como não tem como prever, essa incerteza nos convida a estar presentes e conectados. Quando o facilitador questionava aos homens como chegavam no encontro, era um momento importante para percebermos como nós também estávamos, embora a oportunidade de resposta não era extensiva a nós, uma vez que nesse momento éramos apenas observadores. Era um momento importante para considerar também como eles estavam e as formas que esse estado impactou no desempenho deles ao decorrer do grupo.

Como exemplo, podemos citar um homem que chegou alegando ter sido injustiçado e, durante o grupo, ele se comportava como tal, apresentava um discurso pronto e desconstruído sobre diferenças de gênero, chorou ao falar do seu amor por sua filha e, quando era questionado sobre sua fala, reagia de forma contraditória, dizia que sua ex-esposa era louca e que se sentia analisado no grupo. Outro exemplo é de um homem que recebeu a notificação da lei Maria da Penha no mesmo dia do grupo, suas poucas falas foram em discordância do que estava sendo tratado e permaneceu em silêncio na maior parte do encontro. Por último, um outro homem referia os benefícios de pertencer ao grupo, de como ele esperava por esse momento na semana e chegava sempre uma hora adiantado, sendo sempre o primeiro a responder e interagir no grupo, bem como era receptivo com os demais homens.

Contudo, não existe uma maneira certa de afetar e ser afetado, todas as formas são validadas nesse espaço. Por isso, incluímos a categoria *O cliente é o especialista*, em que Lion (2017) discorre afirmando que “[...] o cliente ocupa o lugar de especialista, por reconhecer que é ele quem possui o saber a respeito dos conteúdos de sua vida. O profissional se torna o especialista em favorecer o processo de conversação e relacional” (p.23), muito embora, na condição de equipe reflexiva, nós não tenhamos um contato direto com o usuário, respeitamos todas as suas falas e suas verdades, entendendo que se trata de uma experiência particular, cujo único especialista é o homem que a vivenciou e está relatando. Logo, em nenhum momento a nossa fala tem posicionamento de correção, o que se configura numa relação de saber-poder, como postula Foucault (2007).

Do mesmo modo que eles, também nós nos entendemos como especialistas da nossa experiência de corpos dissidentes da norma. Através do compartilhamento da nossa perspectiva de mundo, que rompe com o discurso hegemônico, e das nossas experiências nas dinâmicas de poder tecidas nas relações sociais, fundamentamos as nossas reflexões, que foram compartilhadas. Como equipe, também nos reconhecemos individualmente como especialistas em gênero e sexualidade com base em nossas experiências de indivíduos pertencentes a grupos minoritários, bem como nas leituras feministas e militâncias por nós abraçadas e exercidas. Nesse sentido, respeitamos as formas em que cada um vivenciou sua marginalização.

Em complemento à noção de que cada participante do grupo é especialista da sua história, mantemos a *postura do não saber*. Para isso, Lion (2017) diz que “[...] ao iniciar uma conversação, o profissional assume uma postura de curiosidade genuína pelas histórias relatadas pelo cliente, deixando de lado a ideia de que está

compreendendo tudo o que está sendo dito e assumindo um papel de checar no decorrer da conversa se sua compreensão condiz com a apresentada pelo cliente” (p.23). A impossibilidade de troca direta com o grupo não inviabiliza a nossa postura curiosa frente ao relatado pelos homens. Assim, pode-se compreender que a nossa prática é uma devolutiva do que ouvimos e de como atribuímos sentido aos acontecimentos (Grandesso, 2000) a partir de nossas vivências, o que fica bem demarcado nas nossas falas em primeira pessoa, carregadas de afetos e histórias pessoais, que podem ser conservadas ou descartadas, conforme o que faz sentido para os demais participantes do grupo.

Para elucidar o leitor e a leitora de como fazemos isso na nossa interação em dupla, trazemos um caso em que o homem relatou seu suposto cuidado para com a esposa em suposto estado de crise *“quando minha esposa surtava, eu a segurava pelos braços e a beijava, para acalmá-la. Ela mordida meus lábios (sic)”*. Para ele, a única violência percebida era a forma com que ela reagia. Sem entrar no mérito de ditar o que é certo ou errado, sem citar diretamente a violência física e sexual relatada, não poderíamos deixar essa situação passar. Neste dia, a interação se deu da seguinte forma:

AUTORA2: *“Se você estivesse num estado de crise, como você se sentiria?”*

AUTORA1: *“Eu me sentiria sem controle de nada... Aflita e angustiada”.*

AUTORA2: *“De que formas você se sentiria acolhida e acalmada?”*

AUTORA1: *“Gostaria que parasse e me escutasse... Sem dúvidas, eu me incomodaria se alguém me segurasse e me beijasse a forças impedindo minha fala. Se me acolhesse dessa forma, eu me sentiria melhor e validada”.*

Longe de dar respostas prontas, a nossa fala encerrou-se quando nós refletimos sobre a importância do diálogo entre as pessoas, visto que as formas que funcionam para uma pessoa podem não servir para outra.

Já deve estar evidente para o leitor outra categoria: *ser público*, porém, vamos nos aprofundar. Para isso, trazemos que Lion (2017) coloca que “[...] em um diálogo aparecem com certa frequência pensamentos em quem escuta a narrativa do outro” (p.23). Ao tratar dos pensamentos que tornamos público que podem alterar o fluxo do grupo, gostaríamos de dar um passo atrás para ressaltar a nossa presença constante no grupo; com presença, queremos dizer sobre nossa performance nesse espaço. Em nossa performance, que é pública, está posto: somos uma equipe reflexiva formada por uma mulher e um viado. Falar disso apenas agora busca dar seguimento à nossa desobediência (Oliveira, 2017).

Condizente com a nossa prática no grupo, dentro dessa categoria, queremos expor para o leitor como é ser uma mulher e um viado, em um grupo reflexivo de gênero onde os componentes são em sua maioria homens cisheteronormatizados e brancos. Para tanto, fez-se importante a marcação do nosso lugar de fala (Ribeiro, 2018) para assim produzir lugares de escuta. Frente ao exposto, o impacto desse encontro não é unilateral, corroborando com a possibilidade de *transformação mútua*, em que o processo conversacional “[...] favorece um contexto que possibilita diálogos transformadores” e, “[...] no decorrer desse processo, tanto o cliente como o terapeuta são formados, re-formados e transformados” (London, 2015 *apud* Lion, 2017, p. 23).

Quando terminamos nossa fala, os facilitadores devolvem a possibilidade de reflexão em voz audível do grupo que nos ouvia. Nesse momento, percebemos uma

narrativa de conservação dos discursos dominante e de resistência ao contradiscurso no início dos encontros. Do meio para o fim, surgem falas como “eles são sinceros, nos encorajam a ser também” e “como é diferente ouvir tudo o que dissemos aqui com outra perspectiva, como pode? Eles estavam ouvindo a mesma conversa que eu esse tempo todo!”, alguns outros *feedbacks* trazem alguns encontros à tona, como o “pode ter certeza que você mudou uma pessoa aquele dia” de um dos homens, fazendo referência a um dos primeiros encontros daquele grupo, em que ele não demonstrou abertura no ato da fala. Não compreendemos que nós quem transformamos esse homem, como um desses homens relata, mas nós favorecemos as possibilidades deles se transformarem, mesmo apresentando resistência. Ou seja, a mudança está no *entre*, no processo relacional.

Essas transformações extrapolam espaço e tempo do grupo, favorecido pelo *Olhar para o cotidiano*, que “busca-se estabelecer diálogos e relações que se assemelham às que estabelecemos no nosso cotidiano, porém não se equivale às amizades devido a terem a finalidade de auxiliar o cliente que busca ajuda” (Lion, 2017, p. 23). Diferente do proposto, durante a dinâmica do grupo, não temos uma relação semelhante às relações do cotidiano dos usuários do CREAS. Porém, defendemos que essa diferença metodológica não distancia a nossa prática desse olhar para o cotidiano ao considerar que as dificuldades apresentadas pelos homens ou por nós não são minimizadas nem maximizadas, e muito menos patologizadas. São discutidas por nós como dificuldades postas nas relações, no sistema de micropoder, passíveis de serem dissolvidas.

Quando retomamos o cotidiano deles, ou de outras pessoas citadas por eles, fazemos um paralelo com o nosso cotidiano, o que favorece uma percepção mais ampliada da realidade. Um dos participantes falou com indignação sobre a “ganância” de um amigo homossexual que performava a heteronormatividade no ambiente de trabalho para se manter no emprego; ao trazer essa situação no diálogo durante a reflexão, a equipe trouxe que, dependendo do espaço ocupado pelo viado, ele também evita performar o que nomeiam de feminilidade, como não cruzar as pernas, por exemplo, para ter uma performatividade hetero, o que não se trata de ganância, mas de autoproteção. A pergunta que veio foi: seria indignante o fato de existir LGBTfobia? De uma pessoa apenas querer poder circular os espaços, o direito de comer, de trabalhar, estudar, ir e vir sem riscos? Silêncio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas colaborativas fundadas no Construcionismo Social, como ressalta Lion (2017), “contribuem com o entendimento de que os sentidos da vida e de nós mesmos são construídos quando nos relacionamos com o outro” (p.30). Assim, construir um relacionamento colaborativo, no campo das realidades responsivo-relacionais, no sentido prático, é seguir a trilha criada pela primeira pessoa que se dispôs a falar, interagindo um com o conteúdo do outro da forma que este se prontificou a colocar, mesmo quando essa interação seja “não sei como colaborar com esse ponto, você quer dizer mais alguma coisa?”. Parece óbvio e fácil de se pôr em prática.

No entanto, a parceria conversacional pode se abalar por coisas sutis ou marcantes que atravessam esse processo. Como exemplo, o dia em que a discussão do grupo era sobre violência, um dos integrantes da equipe reflexiva tinha vivenciado uma situação de violência intrafamiliar horas antes do encontro e não havia se dado conta. Enquanto os homens falavam, havia conexão com o que se sentia a partir disso, percebendo a violência e se entristecendo: “para perceber as violências que fazemos, precisamos saber nomear como violência as que recebemos”. Nem sempre há conforto em expressar situações particulares.

Para as mulheres, houve diversos momentos em que surgiram sentimentos de incômodo em estar presente no grupo, bem como com as falas dos homens – grande parte, na verdade. Os discursos eram de narrativas carregadas de isenção de responsabilidade. Pensamos que muito disso, dessa tentativa de mostrar que eles, homens, foram injustiçados, contribuiu para que eu questionasse meu lugar como mulher. Era como se eu precisasse (re)lembrar a todo momento que era do meu desejo estar ali e que meu intuito não era o de julgá-los, assim como sentia-me cansada por “responder” questionamentos por todas as mulheres – o que é inviável.

Para um sujeito viado, é saber que, sempre que o gênero for discutido no grupo, as características normalizadas como de mulheres combinam mais comigo do que as dos homens. É também entender que, geralmente, em um grupo que levanta a questão do gênero, a questão da sexualidade está presente e será debatida, seja de maneira explícita ou de formas mais sutis. É deixar doer toda vez que o sofrimento da sigla (LGBTQIAP+) for relativizado, minimizado e posto sobre responsabilidade dos vitimizados. É tornar pública essa dor, essas histórias, para que elas possam ter função reflexiva. É ter experiência de cansaço, e verbalizar isso, ao ser posto no lugar de vocalizador de toda uma comunidade muito diversa, com experiências e demandas diversas.

Nesta direção, concordamos com Gergen (2014) quando afirma que devemos abandonar a ciência e as práticas acadêmicas comprometidas com o exercício de espelhamento, ou seja, de olhar para trás buscando compreender os fenômenos sociais, de explicá-los para o presente. É necessário olhar para o horizonte que aparece à nossa frente e construirmos práticas que mudam/transformam o agora e o depois. Por isso é tão necessário sermos colaborativos, eticamente relacionais e, como diria McNamee (2015), habitar a presença de modo radical.

REFERÊNCIAS

- Anderson, H.** (2012). Relaciones de Colaboración y conversaciones dialógicas: ideas para una práctica sensible a lo relacional. *Family Process*, 51.
- Andersen, T.** (1991). *The reflecting team: dialogues and dialogues about the dialogues*. W W Norton & Co.
- Beiras, A., & Bronz, A.** (2016). *Metodologia de grupos reflexivos de gênero*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Beiras, A.; Martins, D. F. W.; Hugill, M. De S. G.; Sommariva, S. S.** (2021). *Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: mapeamento, análise e recomendações*. Centro de Estudos Jurídicos. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2021. Disponível em: <http://www2.tjsc.jus.br/web/academia-judicial/ebook/mapeamento1.pdf>.
- Brasil.** (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília.
- Brasil.** (2009). *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Bueno, A. G., & Silva, I. M.** (2019). Terapia familiar com equipe reflexiva: Contribuições e desafios. *Pensando Famílias*, 23(2), 26–42.
- Burr, V.** (2002). *Gender and Social Psychology*. Nova Iorque: Taylor & Francis e-Library.
- Butler, J.** (2003). *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cardoso, D. T., & Beiras, A.** (2018a). Política Pública de Assistência Social: Um lugar para o trabalho com homens autores de violência. *Revista Estudos De Políticas Públicas*, 4(2), p. 42-54. Disponível em: <https://doi.org/10.5354/0719-6296.2018.51736>.

- Cardoso, D. T., & Beiras, A.** (2018b). Psicólogo na assistência social: o lugar do homem e diálogos epistemológicos feministas na prática profissional. *Revista de Ciências Humanas*, 52, p. 1-21.
- Connell, R. W.** (2003). *Masculinidades*. Tradução de Irene Ma. Artigas. México: Universidad Nacional Autónoma de México.
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J.** (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21 (1), p. 241-282. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v21n1/14.pdf>>.
- Corradi-Webster, C. M.** (2014). Ferramentas teórico-conceituais do discurso construcionista. In: Guanaes-Lorenzi, C., Moscheta, M., Corradi-Webster, C. M. & Souza, L. V. (Org.). *Construcionismo social: discurso, prática e produção do conhecimento*. Rio de Janeiro: Instituto Noos. P.73-88.
- Foucault, M.** (2007). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 18. ed. São Paulo: Graal.
- Gergen, K. J.** (1994). *Realities and Relationships: Soundings in Social Constructionism*. Cambridge: Harvard University Press.
- Gergen, K. J.** (2014). From mirroring to world-making: Research as future forming. *Journal for the Theory of Social Behavior*, 45(3), 287-310. <https://doi.org/10.1111/jtsb.12075>
- Gergen, K. J., & Gergen, M.** (2014). *Construcionismo social: um convite ao diálogo*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Grandesso, M. A.** (2000). *Sobre a Reconstrução Do Significado: Uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. Casa do Psicólogo, 2000.
- Hauger, B., Thorkildsen, A., Paulsen, E. S., Bugge-Hansen, V., Feyling, T., Linnestad, I. L., Karlsen, A., & Arnesen, H. K.** (2020). Appreciative Reflective Teams as a Method of Practice-Based Learning. *AI Practitioner*, 22(3), 65-73. <https://doi.org/10.12781/978-1-907549-44-1-8>
- Ibáñez García, T.** (1990). *Aproximaciones a la Psicología Social*. Barcelona: Sendai.
- Ibáñez García, T.** (2004). O “giro linguístico”. In: L. Iñiguez (Coord.). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Tradução de Vera Lúcia Joscelyne. Petrópolis: Vozes.
- Kimmel, M.** (2008). Los estudios de la masculinidad: una introducción. In: Carabí, Àngels & Armengol, Josep M. (Ed.). *La masculinidad a debate*. Barcelona: Icaria. P.15-31.
- Laqueur, T. W.** (2001). *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Tradução de Vera. Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Lion, C. M.** (2017). Caminhando no contexto das práticas colaborativas e narrativas: experiências profissionais transformadas. *Nova Perspectiva Sistêmica*, v. 26, n. 57, p. 21-36. Disponível em: <<https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/275>>.
- McNamee, S.** (2015). Radical presence: Alternatives to the therapeutic state. *European Journal of Psychotherapy & Counseling*, 17 (4), p. 373-383. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13642537.2015.1094504>>.
- Nogueira, M. C.** (2001). Contribuições do Construcionismo Social a uma nova Psicologia do Gênero. *Cadernos de Pesquisa*, n.112, p. 137-153. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n112/16105.pdf>>.
- Nogueira, M. C.** (2008). Palestras: “Ter” ou “fazer” o gênero: o dilema das opções epistemológicas em Psicologia Social. In: Guareschi, N. (Org.). *Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. P.220-253.
- Nogueira, M. C.** (2013). A Teoria da Interseccionalidade nos estudos de gênero e sexualidades: condições de produção de “novas possibilidades” no projeto de uma psicologia feminista crítica. In: Brizola, A. L. C., Zanella, A. V., Gesser, M.

(Org.). *Práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos*. Florianópolis: Editora ABRAPSO. P. 227-248.

Oliveira, J. M. (2010). Os feminismos habitam espaços hifenizados: A Localização e interseccionalidade dos saberes feministas? *ex aequo*, n.22, p. 25-39.

Oliveira, J. M. (2017). *Desobediências de gênero*. Salvador: Devires.

Ribeiro, D. (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras.

Santos, M. M. L. (2008). Equipe reflexiva em psicoterapia de família: Diferentes olhares sobre as diferentes configurações da família contemporânea brasileira. *Revista IGT na Rede*, 5(9), 143-167.

Shotter, J. (2003). Listening in a way that recognizes/realizes the world of “the other”. *Journal of Pragmatics*, v. 35, n. 10-11, Amsterdã, p. 1585-1593.

Vidal, A. C. B. (2006). A diferença que fez a diferença: o uso incomum da equipe reflexiva de Tom Andersen. *Pensando Famílias*, 10(2), 117-134.

HAIRA DA SILVA BALDAÇA

Psicóloga formada pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), mulher, feminista, atua e estuda homens e masculinidades em contexto de violência doméstica na política pública de Assistência Social.

<https://orcid.org/0000-0002-5933-2953>

E-mail: hairadaslv@gmail.com

ABNER GALDINO DOS SANTOS

Psicólogo formado pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), viado, é servidor público na política pública de Assistência Social.

<https://orcid.org/0000-0003-0385-5365>

E-mail: euabnerpsi@gmail.com

DAVID TIAGO CARDOSO

Psicólogo (UNIVALI), mestre (2018) e doutor em Psicologia (UFSC), pesquisador do Núcleo de Pesquisa Margens/UFSC, atua como psicólogo na política pública de Assistência Social e como psicoterapeuta em consultório particular. É docente no curso de Psicologia da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI.

<https://orcid.org/0000-0001-8246-4885>

E-mail: cardosodt@univali.br